

JORNALISMO ESPORTIVO E FUTEBOL FEMININO NO CONTEXTO DA PANDEMIA DE COVID-19

Sports journalism and women's football in the context of the COVID-19 pandemic

Érika Alfaro de ARAÚJO¹
Universidade Estadual Paulista, Unesp | Brasil

Resumo

Situado no contexto de paralisação das competições esportivas por conta da pandemia de COVID-19, este estudo tem como objetivo estudar como o jornalismo esportivo retratou o futebol feminino nacional nesse cenário de crise socioeconômica e sanitária. Para isso, foram selecionadas duas reportagens do portal GloboEsporte.com. Por meio de uma análise qualitativa apoiada nos procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo, verificamos que os materiais jornalísticos tiveram como foco denúncias sobre o auxílio financeiro da CBF para os clubes e os pagamentos das atletas. Assim, identificamos que os pontos cruciais das reportagens e da realidade retratada são a condição amadora das jogadoras – segundo relatório de 2019 da Fifa, no Brasil, o número de jogadoras adultas registradas não chega a três mil – e a instabilidade das relações de trabalho no futebol de mulheres.

Palavras-chave

Esporte; futebol feminino; jornalismo esportivo; reportagem; pandemia.

Abstract

Situated in the context in which sports competitions were paralyzed due to the COVID-19 pandemic, this study aims to study how sports journalism reported national women's football in this scenario of socioeconomic and health crisis. For that, two reports from the GloboEsporte.com portal were selected. Through a qualitative analysis supported by the methodological procedures of Content Analysis, we verified that the journalistic materials focused on complaints about CBF's financial aid to the clubs and the athletes' payments. Thus, we identified that the central points of the reports and the reality portrayed are the amateur condition of the players – according to Fifa's 2019 report, in Brazil, the number of registered adult players does not reach three thousand – and the instability of work relationships in women's football.

Keywords

Sport; women's football; sports journalism; reportage; pandemic.

RECEBIDO EM 06 DE FEVEREIRO DE 2023
ACEITO EM 19 DE MAIO DE 2023

¹ Jornalista e Doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Faculdade de Arquitetura, Artes, Comunicação e Design (FAAC) - Universidade Estadual Paulista (Unesp). Contato: erikaalfaro@gmail.com.



Introdução

Embora existam registros de mulheres jogando futebol no Brasil desde a década de 1920 (MOURA, 2003) e, até o início de 1940 alguns times tenham se formado pelo território nacional, a história da modalidade feminina no país foi marcada por uma interrupção no episódio da proibição por lei em 1941² e pela posterior resolução do Conselho de Desportos em 1965³. Foram quase quatro décadas até que essas determinações fossem revogadas em 1979 e apenas em 1983 o futebol feminino foi regulamentado – com regras que, entre outros aspectos, vedaram o profissionalismo e definiram partidas de 70 minutos.

Em termos de competições, a nível mundial, o futebol de mulheres foi incluído nos Jogos Olímpicos em 1996, e a primeira Copa do Mundo da Fifa foi organizada em 1991 – ambos contaram com o time brasileiro. Os dois torneios, os principais dos calendários das seleções, contribuem para evidenciar que o desenvolvimento do futebol feminino é um fenômeno recente. O que fica ainda mais notório no cenário nacional: o Campeonato Brasileiro teve início em 2013; em 2017, passou a ser organizado em duas divisões; e campeonatos de base (sub-18 e o sub-16) passaram a existir em 2019.

Levando em conta esse contexto de desenvolvimento e busca por estruturação, visibilidade e profissionalização, este artigo se situa no ano de 2020, no momento em que as competições esportivas foram paralisadas por conta da pandemia global causada pelo coronavírus. Para estudar esse período e entender de que forma o jornalismo se relaciona com essa realidade,

² Decreto-Lei de 14 de abril de 1941: “Às mulheres não se permitirá a prática de desportos incompatíveis com as condições de sua natureza, devendo, para este efeito, o Conselho Nacional de Desportos baixar as necessárias instruções às entidades desportivas do país”. Disponível em: < <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/declei/1940-1949/decreto-lei-3199-14-abril-1941-413238-publicacaooriginal-1-pe.html>>. Acesso em: 17 mai 2023.

³ Deliberação número 7 de 1965 do Conselho Nacional de Desportos (CND): “Não é permitida a prática de lutas de qualquer natureza, futebol, futebol de salão, futebol de praia, polo-aquático, pólo, rugby, halterofilismo e baseball”. Disponível em: <http://cev.org.br/biblioteca/deliberacao-n-7-2-agosto-1965/>. Acesso em: 17 mai 2023.

Érika **ARAÚJO**

selecionamos duas reportagens veiculadas pelo Portal ge.globo: “Das ameaças a atletas à verba da CBF retida: pandemia escancara amadorismo do futebol feminino”⁴ e “Pandemia afeta elite do futebol feminino, mas maioria dos clubes mantém salários; veja panorama”⁵. Ao analisarmos os materiais que têm como foco a situação do futebol de mulheres no Brasil no contexto da pandemia, buscaremos entender de que forma a divulgação sobre acontecimentos envolvendo o futebol de mulheres foi realizada, com base em quais critérios, como esse retrato jornalístico de uma realidade foi construído, o que revelam sobre ela e que tipo de mensagem foi fornecida pelas reportagens.

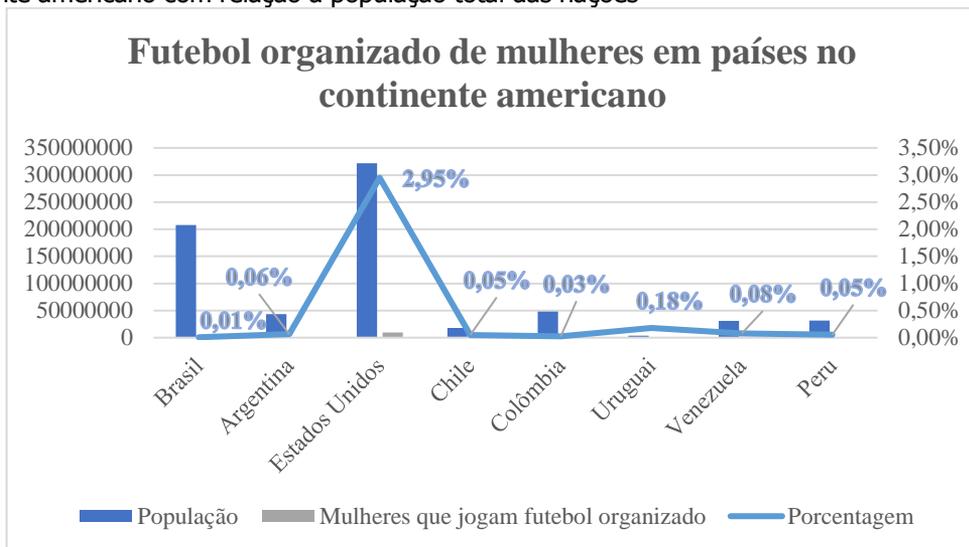
Futebol feminino brasileiro na contemporaneidade

Em 2019, a Fifa divulgou um relatório que ofereceu um panorama do futebol feminino em âmbito mundial. Uma informação destacada fornecida pelo Women's football – Member Associations Survey Report 2019 revela que 15 mil mulheres jogam um futebol organizado no Brasil. Para uma base de comparação, nos Estados Unidos, seleção tetracampeã do mundo e quatro vezes ouro olímpico, esse número chega a 9,5 milhões. Nesse sentido, há países da América Latina com números variados. Em termos percentuais, colocando o número de mulheres que jogam um futebol organizado com relação à população total estimada pelo relatório, temos, em ordem decrescente: Estados Unidos com 2,95%; Uruguai com 0,18%; Venezuela com 0,078%; Argentina com 0,064%; Peru com 0,054%; Chile com 0,050%; Colômbia com 0,026%; e Brasil com 0,0072%.

⁴ Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/das-ameacas-a-atletas-a-verba-da-cbf-retida-pandemia-escancara-amadorismo-do-futebol-feminino.ghtml>. Acesso em: 17 mai 2023.

⁵ Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol/futebol-feminino/noticia/pandemia-afeta-elite-do-futebol-feminino-mas-maioria-dos-clubes-mantem-salarios-veja-panorama.ghtml>. Acesso em: 17 mai 2023.

Gráfico 1 – Número de mulheres que jogam futebol organizado em países pelo continente americano com relação à população total das nações



Fonte: Elaborado pela autora (2021), a partir dos dados do Women's football – Member Associations Survey Report (2019).

No Brasil, o número de jogadoras adultas registradas é de 2.974. Com menos de 18 anos, são apenas 475. Nos Estados Unidos, são 80 mil adultas e mais de um milhão e meio de jovens. Conforme os índices divulgados pela Fifa, há três seleções mantidas pela CBF: sub-17, sub-20 e sênior. Já representando as americanas, são nove categorias, começando pelo sub-14.

Mesmo com a organização de campeonatos pela confederação brasileira, a maioria dos times das duas divisões é basicamente amadora. Para que se configure o profissionalismo, as atletas necessitam de um registro pelos clubes na CBF, o que é viabilizado por meio de um contrato no sistema CBF/Fifa e acontece quando a atleta se encaixa no regime CLT, isto é, de leis trabalhistas.

O primeiro clube brasileiro a profissionalizar as relações de trabalho com as jogadoras foi o Santos em 2015. A partir de então, outras instituições acompanharam a decisão. No ano de 2020, dos 16 clubes da divisão de elite do Brasileirão, dez eram profissionais. Embora a primeira divisão apresente um

Érika **ARAÚJO**

número recorde, a segunda ainda exibe um panorama amador: dos 36 clubes que competem no torneio, são cinco profissionais. Os dados foram disponibilizados pelo site Dibradoras⁶.

Essas mudanças aconteceram em um contexto em que federações e confederações interviam junto aos clubes para colaborar com o desenvolvimento do futebol feminino. A Confederação Sul-Americana de Futebol (Conmebol) determinou em seu estatuto e regulamento de clubes a manutenção de uma equipe feminina em todos os clubes que disputassem a Copa Libertadores da América e a Copa Sul-Americana – os principais torneios continentais no calendário dos times brasileiros. Com prazo de adequação de dois anos, a decisão passou a valer em 2019.

A determinação foi acompanhada pelo Licenciamento de Clubes da Confederação Brasileira de Futebol, em que a CBF definiu como obrigatória a existência de equipes femininas adultas e de base para todos os vinte clubes da série A do Campeonato Brasileiro em 2019. Ambas as medidas estão em conformidade com o Estatuto⁷ da Federação Internacional de Futebol (Fifa) de 2018, que, em seu vigésimo terceiro artigo, colocou como dever das confederações a inclusão de princípios de governança com disposições relativas, entre outros temas, à igualdade de gênero.

Almeida (2019) observa que a CBF deu sinais de mudanças com relação ao cumprimento das regras da Federação, mas, na hora de colocá-las em prática, demonstrou que a intenção era preencher as formalidades impostas pela instituição internacional.

Para Vieira e Rodrigues (2021), as discussões sobre a profissionalização do futebol feminino no Brasil são relevantes para entendermos que as autoras chamam de “condição crônica de abandono da modalidade”.

⁶ Brasileiro feminino de 2020 terá número recorde de times profissionais. Disponível em: <<https://bit.ly/2PYhqB7>>. Acesso em: 3 fev 2023.

⁷ Estatuto da Fifa. Disponível em: <<https://resources.fifa.com/image/upload/the-fifa-statutes-2018.pdf?cloudid=azwxwekfmX0nfdixwv1m>>. Acesso em: 3 fev 2023.

Cenário esportivo na pandemia

No ano de 2020, o mundo foi atingido pela pandemia de Covid-19. Por conta do isolamento social, eventos dos mais diversos setores foram cancelados ou remarcados. Logo, as competições esportivas também foram afetadas. No Brasil, tratando-se de futebol, a CBF paralisou todos os campeonatos nacionais por tempo indeterminado a partir do dia 16 de março de 2020⁸.

No período em que as competições estavam paralisadas, a confederação organizou ações de apoio financeiro aos clubes⁹. No futebol feminino, 3,7 milhões de reais foram destinados ao auxílio na primeira quinzena de abril, sendo 120 mil reais direcionados a cada um dos 16 clubes da primeira divisão e 50 mil a cada um dos 36 clubes da série B.

A Federação Internacional de Jogadores de Futebol (FIFPro) divulgou, em abril de 2020, um relatório intitulado Covid-19: Implications for professional women's football com o intuito de chamar a atenção para as implicações da crise global de saúde com relação ao futebol feminino profissional. O relatório destaca que a falta de contratos por escrito, vínculos de trabalho de curto prazo, a falta de seguro saúde e de assistência médica, além da ausência de medidas de proteção básica dos direitos trabalhistas coloca muitas mulheres em uma situação de alto risco por terem seus meios de sustento ameaçados. A pesquisa ouviu atletas e indicou que, embora muitas preocupações tenham sido relatadas, algumas delas foram mais frequentes: as questões que estão em aberto sobre economia, calendário de competições e segurança no emprego.

⁸ CBF suspende competições de âmbito nacional por tempo indeterminado. Disponível em: <<https://www.cbf.com.br/a-cbf/informes/index/cbf-suspende-competicoes-de-ambito-nacional-por-tempo-indeterminado>>. Acesso em: 3 fev 2023.

⁹ CBF anuncia novas medidas de apoio aos clubes. Disponível em: <<https://bit.ly/3exf2uH>>. Acesso em: 3 fev. 2023.

Érika **ARAÚJO**

Por meio dos aspectos levantados, situamos o presente estudo. Aqui, compartilhamos o pressuposto adotado por Vieira e Rodrigues (2021) de que a pandemia funciona como um analisador social do futebol de mulheres. “Isso porque a realidade pandêmica pode ser capaz de produzir uma percepção diferenciada sobre tal contexto, rompendo com a neutralidade e naturalidade aparentes da situação das mulheres na instituição futebolística” (VIEIRA, RODRIGUES, p. 113).

Objeto, objetivos e metodologia

Criado em 2005, o GloboEsporte.com é um portal do Grupo Globo cujos conteúdos englobam desde notícias e reportagens até transmissões em tempo real, colunas e podcasts sobre as mais diversas modalidades esportivas. Tratando-se de um projeto de expansão do jornalismo esportivo da Globo para o webjornalismo, um ano após seu lançamento, já havia alcançado a marca de mais de um milhão de visitantes únicos¹⁰ e, em 2018, chegou a manter uma média de 7 milhões de usuários únicos por dia¹¹. Em julho de 2020, após uma renovação da marca, passou a se chamar ge.globo.

Com um menu repleto de opções de acesso, uma das seções do ge é dedicada ao futebol feminino, e é justamente nesta que se encontram nossos objetos, duas reportagens publicada em maio de 2020: “Das ameaças a atletas à verba da CBF retida: pandemia escancara amadorismo do futebol feminino” e “Pandemia afeta elite do futebol feminino, mas maioria dos clubes mantém salários; veja panorama”. As matérias selecionadas para análise têm como proposta apresentar informações sobre os clubes com relação aos seus times

¹⁰ Uma década de globoesporte.com. Disponível em: <<http://app.globoesporte.globo.com/globoesporte10anos/uma-decada-de-globoesporte.com/index.html>>. Acesso em: 3 fev 2023.

¹¹ Grupo Globo bate recorde de acessos no digital e passa de 100 milhões de usuários únicos. Disponível em: <<https://g1.globo.com/economia/midia-e-marketing/noticia/2018/11/26/grupo-globo-bate-recorde-de-acessos-no-digital-e-passa-de-100-milhoes-de-usuarios-unicos.ghtml>>. Acesso em 3 fev 2023.

femininos durante o período de paralisação dos campeonatos por conta da pandemia.

O estudo tem como propósito entender e discutir quais foram os aspectos trabalhados nas reportagens e o que eles revelam sobre o futebol de mulheres no Brasil, especialmente no cenário pandêmico. Para Barbosa Filho, a reportagem é “considerada uma narrativa que engloba, ao máximo, as diversas variáveis do acontecimento” e consegue “oportunizar aos ouvintes, leitores, telespectadores ou internautas uma noção mais aprofundada a respeito do fato”. Buscaremos verificar também se a construção narrativa das reportagens de fato ofereceu uma noção aprofundada acerca dos acontecimentos.

Para a realização da análise das reportagens, uma abordagem qualitativa focada na mensagem foi adotada, para a qual os procedimentos metodológicos da Análise de Conteúdo de Bardin (2011) foram tomados como base. Conforme explicita Moraes (1999), essa análise, conduzindo a descrições sistemáticas, e, neste caso, qualitativas, ajuda a reinterpretar as mensagens e a atingir uma compreensão de seus significados num nível que vai além de uma leitura comum. Sendo assim, categorias que possibilitarão a organização da análise foram desenvolvidas, as quais permitem inferências críticas e interpretações fundamentadas teoricamente.

Tabela 1 – Categorias para análise da reportagem

Categorias de análise	Objetivo
Enfoque	Entender qual a proposta da reportagem
Estrutura da reportagem	Conhecer a construção textual e as opções narrativas
Uso das fontes	Identificar os tipos de fonte utilizadas, o uso das informações oferecidas e as contribuições das entrevistas
Levantamento documental	Especificar os materiais utilizados e suas funções

Érika **ARAÚJO**

Abrangência	Determinar quais e quantos clubes foram incluídos
Hiperlinks	Revelar as conexões e atualizações do texto
Marcas de análise	Verificar a existência ou não de opiniões e análises

Fonte: Elaborado pela autora (2021).

Análise qualitativa das reportagens

Nesta etapa do artigo, as reportagens veiculadas pelo ge são descritas, analisadas, e interpretações críticas são apresentadas.

Reportagem 1: “Das ameaças a atletas à verba da CBF retida: pandemia escancara amadorismo do futebol feminino”

Enfoque

Publicada no dia 14 de maio de 2020, cerca de dois meses depois da interrupção do futebol brasileiro, a matéria traz revelações, dá pistas dos assuntos tratados e apresenta uma espécie de resumo de sua análise logo no título. Ao avaliar que a pandemia “escancara o amadorismo do futebol feminino”, sugere que esta leitura envolve a revelação de que jogadoras foram ameaçadas e que há uma questão envolvendo o não repasse de verbas da confederação. Na linha-fina, há o esclarecimento sobre os apontamentos do título: “CBF distribuiu R\$ 3,7 milhões aos 52 times do Brasileiro feminino, mas a maioria dos dirigentes não transfere o pagamento para as jogadoras – e quem reclama ainda é dispensada”. Com essa sentença, quantifica a questão da ajuda financeira, define a responsabilidade pelo não repasse como sendo dos “dirigentes”, completando com a informação sobre a dispensa das atletas.

E são essas informações que orientam a abertura do texto, em que se afirma que a pandemia “escancarou ainda mais o amadorismo” do futebol de mulheres no país. Além disso, podemos perceber que há o reconhecimento de que, antes da pandemia, já havia era sabida essa condição amadora, e que o momento de crise apenas aprofundou a questão. Segundo a matéria, o

dinheiro da CBF não foi suficiente “para amenizar os problemas das atletas, nem evitaram o desamparo durante a paralisação dos campeonatos”.

Em seguida, os valores de repasse para clubes da série A e da série B são especificados, além da informação de que, na distribuição da verba, a CBF não exigiu contrapartidas, e o resultado foi problemas no repasse de dinheiro às atletas.

A seguir, o ge afirma ter apurado a situação de clubes pelo Brasil para traçar um panorama, o que indica que a reportagem não se compromete em apenas repercutir um acontecimento que já ganhou notoriedade no organismo social, mas também trazer informações novas, resultantes de apurações, e situá-las em um cenário nacional.

Assim, é possível apontar que a reportagem tem como enfoque a utilização da verba oferecida pela CBF pelos clubes e a situação das jogadoras, muitas das quais não receberam o dinheiro e foram ameaçadas quando expuseram suas experiências.

Estrutura da reportagem

Depois da abertura, que revelou os aspectos principais da reportagem, temos a seguinte disposição de intertítulos: dispensas, calotes e problemas; ameaças e medo; dinheiro para outro rumo; CBF tenta contornar; oásis na modalidade; e futuro incerto.

No primeiro, o ge apresenta a situação de cinco clubes da série A2, trazendo à tona as denúncias das jogadoras, a dispensa e ameaças a algumas delas – além do descaso com relação ao grupo de mulheres –, documentos que comprovaram informações e a contrapartida de advogado e presidentes dos clubes envolvidos. Já o segundo intertítulo é inteiramente dedicado ao Atlético-GO, clube em que as atletas recebiam apenas vaga no alojamento e alimentação, sem salário ou ajuda de custo. Assim, diante da cobrança de uma das jogadoras ao tomar conhecimento sobre o valor cedido pela CBF, ela foi dispensada. A resposta da dirigente do clube confirmou que o vínculo com as

Érika **ARAÚJO**

jogadoras não é profissional, e que o projeto foi montado às pressas por conta da exigência da CBF, mas que todo o valor da confederação será destinado ao departamento feminino.

Em “dinheiro para outro rumo”, a reportagem contou os casos do Sport e do Botafogo. A questão que envolveu o time de Recife foi que, dos 50 mil reais recebidos, 10 mil foram para as atletas, e os outros 40 para “despesas de lavanderia, escritório e pagamento de outros funcionários”. No Botafogo, havia salários atrasados desde antes da paralisação do campeonato, e a diretoria admitiu a situação.

Em seguida, temos a reação da CBF diante dos fatos. A confederação ligou para os clubes para exigir que o dinheiro fosse usado para pagar as atletas, reforçando que recomendação oficial era essa desde o princípio. História que foi contestada por um dirigente do Audax, cuja versão é a de que não foi especificado pela CBF que o valor deveria ser destinado às mulheres, por isso foi usado para despesas do próprio clube. O supervisor da CBF afirmou, via assessoria de imprensa, que o dinheiro foi repassado para que os clubes cumprissem suas obrigações junto à modalidade, especialmente com relação às atletas, mas que a “entidade não tem ingerência na administração interna dos clubes”. Com isso, uma série de 11 perguntas e 11 respostas foi esquematizada para evidenciar os pontos apurados a respeito do assunto.

O intertítulo “oásis na modalidade” apresenta um contraponto a todo o cenário traçado até aquele momento. Um relato de uma das atletas do Ceará conta como o clube é uma exceção no Brasil por dar boas condições às jogadoras. No estado de São Paulo, o texto afirma que Corinthians e Ferroviária são dois bons exemplos, mesmo passando por dificuldades durante a pandemia.

A última parte da reportagem, “futuro incerto”, apresenta o viés de instabilidade dos clubes, citando que alguns cogitam pedir desligamento das

competições em 2020. Apesar de evidenciar que nenhum clube fez o pedido até aquele momento.

Diante dessas informações, podemos concluir que a estrutura da reportagem foi pensada incluir diversos clubes, agrupando em intertítulos os casos mais similares. Com isso, conseguiram trazer acusações de atletas e as represálias dos clubes, assim como a resposta da CBF, o contraponto com casos positivos e uma finalização de projeção de um futuro incerto.

Uso das fontes

É possível afirmar que as fontes tiveram um papel significativo na reportagem. Isso porque a história principal do texto foi construída, principalmente, por meio das declarações das jogadoras e as respostas dos responsáveis pelas instituições.

Lage (2008) corrobora com a ideia de que são poucos com textos jornalísticos que “originam-se integralmente da observação direta”, e a reportagem analisada aqui se junta à maioria das matérias que “contém informações fornecidas por instituições ou personagens que testemunham ou participam de eventos de interesse público”, isto é, os conteúdos são construídos com a contribuição das fontes. “É tarefa comum dos repórteres selecionar e questionar essas fontes, colher dados e depoimentos, situá-los em algum contexto e processá-los segundo técnicas jornalísticas” (LAGE, 2008, p. 49).

É importante pontuar que muitas das atletas entrevistadas não tiveram seus nomes citados, fato explicado no texto: “A maioria das atletas não quer se identificar porque teme ser dispensada e, além de não receber pagamento, ter de sair do alojamento do clube”. Dessa forma, notamos que o sigilo foi praticado na proteção das fontes, um fator essencial na ética jornalística.

Foram 23 fontes no total, de atletas não identificadas até jogadoras e presidentes dos clubes, dirigentes, auxiliar-técnico, advogado e assessoria de imprensa.

Érika **ARAÚJO**

Com isso, podemos observar que os tipos de fontes, segundo a classificação proposta por Lage (2008), estão divididos entre oficiosas e primárias. As oficiosas são aquelas, segundo o autor, reconhecidamente ligadas a uma entidade ou indivíduo. No caso da reportagem, temos os representantes dos clubes, como presidentes, dirigentes ou advogados, e da CBF. Já as primárias são aquelas, conforme Lage (2008), em que o jornalista se baseia para colher aspectos fundamentais de uma matéria, já que elas fornecem fatos, versões e números, como são os casos das atletas, identificadas ou não, que contaram suas experiências, evidenciaram valores oferecidos pelos clubes e divulgaram a forma como foram tratadas pelos clubes.

Levantamento documental

Além das fontes entrevistadas, documentos foram utilizados para verificar informações e comprovar fatos e versões, como a mensagem enviada pelo presidente Jorge Simplício às jogadoras em um grupo de WhatsApp, a mensagem do presidente do UDA para atletas, a ata da reunião do Santos Dumont (documento assinado pelo presidente Jogival Melo Passos) e o recibo do Audax com relação ao valor recebido da CBF. Uma captura da tela do site da CBF exibiu o registro de dispensa das jogadoras do Auto Esporte ouvidas pela reportagem e o texto oficial divulgado pela confederação no dia seis de abril com o anúncio da ajuda financeira também foi utilizado – além da reprodução de um trecho, o hiperlink foi adicionado para levar o leitor à página mencionada. Além disso, na parte em que há um esquema de perguntas e respostas, há um trecho de um texto informado pela CBF em seu canal de ética destinado a receber reclamações de atletas, clubes ou federações.

Os materiais foram principalmente utilizados para apuração jornalística, tanto no sentido de a reportagem examinar as declarações das fontes quanto

para elaborar questionamentos na busca por respostas de outras fontes, como os representantes dos clubes ou da CBF.

Abrangência

Haja vista o enfoque da reportagem, que era retratar o cenário do futebol feminino durante a pandemia com atenção especial às denúncias com relação à verba da CBF, os clubes protagonistas foram aqueles envolvidos na questão da falta de repasse às atletas, com exceção para os citados como bons exemplos de gestão no contexto de crise.

Foram 14 times citados pela reportagem, muitos dos quais tiveram dirigentes e atletas ouvidos. Os clubes são de diversos estados, representando quatro regiões do Brasil: Sul, Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste – apenas o Norte ficou de fora.

Hiperlinks

A reportagem tem, no total, quatro hiperlinks. O primeiro deles leva até a tabela do Brasileirão Feminino mantida pelo ge no termo "Campeonato Brasileiro". Os objetivos poderiam ser oferecer informações e aumentar o engajamento do site. No seguinte, o hiperlink foi colocado na construção "a relação com o time feminino é 'saudável'" e leva até uma matéria do próprio ge na página do Auto Esporte. Com isso, temos o aprofundamento da informação com a retomada de uma notícia previamente publicada.

Um caso similar aconteceu quando se falava sobre o Corinthians, em que há o hiperlink para uma matéria do ge publicada na página do time paulista. Ou seja, levava o leitor a se aprofundar no caso específico do clube.

Por fim, um hiperlink foi utilizado como verificação e comprovação. A página da CBF com o comunicado oficial sobre a ajuda financeira foi colocada na frase "como dizia o texto divulgado no site da entidade no dia 6 de abril".

Érika **ARAÚJO**

Sendo assim, os hiperlinks foram adicionados na reportagem com funções de acréscimo e aprofundamento das temáticas, além da confirmação de uma informação fornecida.

Marcas de análise

A maior parte do texto é construída por meio do que as fontes alegaram e o que as partes envolvidas responderam, sem construções que expressassem opiniões no decorrer da montagem do cenário. No entanto, a já citada abertura do texto cumpre esse papel de análise, uma vez que afirma que “A pandemia do novo coronavírus escancarou ainda mais o amadorismo do futebol feminino no Brasil” e que o dinheiro da CBF não foi suficiente “para amenizar os problemas das atletas, nem evitaram o desamparo durante a paralisação dos campeonatos”.

Ao expor esse cenário de denúncias a respeito de pagamentos, a falta de vínculos profissionais, as ameaças e os desligamentos de atletas, a reportagem avaliou que se tratavam de situações capazes de escancarar esse amadorismo e evidenciar a condição de desamparo das jogadoras.

O próprio recurso de indicar que existem profissionais registradas e clubes em que não há reclamações de atrasos, ressaltando que “nem tudo é problema”, pode significar que a reportagem considera que a conjuntura majoritária do futebol de mulheres no país é problemática. No próprio depoimento da jogadora do Ceará, que descreve as boas condições que tem no clube, há a ressalva de que o time “é uma das raras exceções do futebol feminino no Brasil”.

Reportagem 2: “Pandemia afeta elite do futebol feminino, mas maioria dos clubes mantém salários; veja panorama”

Enfoque

Publicada no dia 21 de maio de 2020, a reportagem foi ao ar sete dias após àquela cuja proposta era retratar o futebol feminino brasileiro e informa sobre a situação dos clubes da série A. Dessa forma, no título, há o reconhecimento dos efeitos da pandemia na primeira divisão do esporte de mulheres seguido de uma construção adversativa que afirma a manutenção de salários na maioria dos clubes. A linha-fina diz: “Levantamento do GloboEsporte.com sobre os 16 times da elite do futebol feminino no Brasil aponta que quatro clubes cortaram ou não pagaram salários das atletas”, o que reforça a noção de que o foco do conteúdo é a questão salarial e coloca uma situação problemática em quatro agremiações entre 16 – ponto que comprova o uso do termo “maioria”.

Na abertura do texto, há a indicação que, depois das denúncias envolvendo os clubes da Série A2 do Brasileirão, o portal se propõe a apurar o cenário mais específico Série A1. O ge ressalta que atletas de todos os clubes foram procuradas e, em seguida, adianta que metade dos times são filiados à Federação Paulista de Futebol, entidade que não recebeu denúncias sobre repasses de dinheiro. Com isso, anuncia o panorama realizado em todo o país e noticia a questão do repasse de 120 mil reais por parte da CBF às equipes.

Com isso, é possível observar que o enfoque da matéria é a investigação da situação financeira dos clubes da elite do futebol brasileiro, uma apuração mais específica instigada pela matéria anterior, que denunciou problemas com relação aos pagamentos das atletas no país.

Estrutura da reportagem

A abertura do texto expressa seu encaminhamento e, depois dela, temos os seguintes intertítulos: Região Sudeste; Centro e Sul do Brasil; Problemas à vista...; e CBF se manifesta. Assim, como a ideia seria falar sobre todos os 16 clubes da primeira divisão do Campeonato Brasileiro, os dois primeiros intertítulos os dividem por região do país.

Érika **ARAÚJO**

Começando pelo Estado de São Paulo no item sobre o Sudeste, o texto expõe a situação do Audax, que teve problemas com os repasses a princípio, mas pagou as jogadoras depois de pressionado pela CBF. Palmeiras, São Paulo, Ponte Preta e Ferroviária estão na mesma situação, a de pagamentos em dia, segundo “fontes ouvidas pela reportagem”. No Santos, o clube anunciou que o corte de salários seria de 70% para os que recebiam mais de seis mil reais, o que atingiria uma pequena parcela do time feminino. Já no Corinthians, a informação é de que houve redução de salários e que o direito de imagem não foi pago. Nos casos de São José, Cruzeiro, único time mineiro, e Flamengo, representante carioca, há explicações sobre como os clubes conseguiram manter os pagamentos.

O intertítulo referente às regiões do Centro e do Sul do país é sucinto: apenas indica que, de acordo com as fontes ouvidas, a situação era regular em Internacional, Grêmio, Avaí Kindermann e Minas Icesp.

Já no “Problemas à vista...”, há a retomada de informações da reportagem do dia 14 de maio indicando que o Vitória e o Iranduba tinham os problemas mais graves, tendo em vista que os relatos incluíam até mesmo questões relacionadas à alimentação das jogadoras. Neste ponto, também há o questionamento para o Iranduba sobre a falta de contratos profissionais de atletas, e a justificativa do clube envolveu questões financeiras baseadas na pandemia e em problemas com o patrocinador.

O último intertítulo apresenta a contrapartida da CBF, a entidade máxima do futebol brasileiro. Sendo assim, o texto utiliza a fala do secretário-geral Walter Feldman para apresentar a versão da confederação, cuja alegação foi que a falta de repasse dos valores para jogadoras seria investigada.

Uso das fontes

As fontes citadas pela reportagem foram importantes instrumentos para a compreensão do cenário retratado. Gustavo Teixeira, diretor do Audax;

Renata Ferreira, coordenadora do São José; Dilson Pereira, diretor jurídico do Vitória; João Amarildo Pinto Dutra, presidente do Iranduba; e Walter Feldman, secretário-geral da CBF foram os cinco entrevistados nominalmente citados. O texto também menciona a assessoria do Flamengo e o Cruzeiro (em “O Cruzeiro diz” e “o clube informou”). Além disso, há o apontamento sobre o “relato de uma jogadora que pediu para não ser identificada” e construções que não trazem especificidade, como “fontes ouvidas pela reportagem”, “de acordo com as atletas ouvidas pela reportagem” e “a reportagem consultou mais de cinco atletas do Flamengo”.

Sendo assim, mesmo com a utilização de formas genéricas de apresentar os entrevistados, observamos os mesmos tipos de fontes do texto anterior. Segundo a classificação de Lage (2008), oficiosas e primárias.

Levantamento documental

Ao contrário da reportagem anterior, nesta, não há o uso de fontes documentais – apenas a referência a outras publicações. A matéria foi inteiramente construída por meio de declarações das partes envolvidas: clubes, atletas e CBF.

Abrangência

Audax, Palmeiras, São Paulo, Ferroviária, Ponte Preta, Santos, Corinthians, São José, Cruzeiro, Flamengo, Grêmio, Internacional, Avaí, Kindermann, Minas Incesp, Vitória e Iranduba tiveram seus casos mencionados. Isto é, a reportagem cumpriu a promessa de apresentar um panorama da Série A do Campeonato Brasileiro ao investigar a situação de todos os 16 clubes que a disputam.

Hiperlinks

Tendo em vista que a reportagem é um desdobramento do material anteriormente publicado, como o foco voltado ao cenário específico da elite do



Érika **ARAÚJO**

futebol brasileiro, há uma série de hiperlinks: são 23 no total. A primeira frase do texto tem um hiperlink para a reportagem publicada no dia 14 de maio, em uma ligação que sugere uma contextualização ao leitor, o que aconteceu mais uma vez quando o texto é citado em outro momento. Há mais um hiperlink que aparece duas vezes: um direcionamento para o blog “Dona do Campinho”, do próprio ge, em que a jornalista Cíntia Barlem se aprofunda no caso do Vitória da Bahia. Além disso, todos os clubes citados que possuem uma página própria no GloboEsporte.com têm o hiperlink em seus nomes – o único que não possui é o Minas Icesp, de Brasília.

Nesse sentido, as ligações com outras publicações, nesta reportagem, são utilizadas para complementar as informações fornecidas, pois levam o usuário a uma leitura mais aprofundada dos casos apresentados ou fazem referência a endereços com mais opções de conteúdo.

Marcas de análise

No geral, não foram verificadas construções opinativas no texto, que é composto majoritariamente por informações diretas sobre a situação financeira dos clubes com base no que as instituições alegaram e no que as atletas disseram à reportagem. No entanto, há trechos em que é possível observar o estabelecimento de relações de causa e consequência e de uma abordagem crítica. Em “O Audax teve problemas iniciais no repasse do dinheiro, mas os pagamentos foram efetuados depois que a CBF pressionou a diretoria do clube”. Assim, a reportagem considera que havia uma circunstância problemática que foi resolvida com intervenção da confederação.

Em outro momento, o texto afirma: “o Vitória, da Bahia, e o Iranduba, do Amazonas, têm os problemas mais graves até o momento”. Sendo assim, há uma avaliação realizada acerca do grau de gravidade da conjuntura.

Considerações finais

Após a construção do cenário histórico do futebol de mulheres no Brasil e da contextualização do momento retratado pelas reportagens selecionadas para a análise, foi possível chegar a algumas conclusões sobre os materiais e a realidade exposta por eles.

Dentro do universo do futebol feminino durante a pandemia, o enfoque da primeira reportagem estava nas denúncias sobre a verba repassada pela CBF para os clubes. Já a segunda pretendia averiguar especificamente os pagamentos das jogadoras de times da série A.

Dessa forma, pode-se afirmar que a primeira matéria, que foi elaborada após o conhecimento das primeiras reclamações de jogadoras ao Conselho de Ética da CBF, propôs-se a apurar essas informações, expandir e aprofundar o conteúdo por meio de uma investigação que trouxe à tona a situação de outros clubes. Assim, ambas cumpriram com as funções essenciais de uma reportagem, dentre as quais se destaca o fornecimento de um relato aprofundado.

Nesse sentido, é importante ressaltar o papel das fontes nessa apuração: por um lado, as jogadoras relataram os problemas com os pagamentos e as ameaças, e os dirigentes, advogados ou dirigentes trouxeram as respostas dos clubes – além da voz da CBF como “mediadora” da situação. A segunda reportagem também foi construída com base nas alegações das partes envolvidas: jogadoras, clubes e CBF. No entanto, diferentemente da reportagem anterior, os entrevistados e suas versões foram, muitas vezes, apresentados de maneira genérica em resumos dos casos, como “a situação é regular”, e em construções generalistas, como em “de acordo com fontes ouvidas pela reportagem”.

Além de evidenciar as questões dos clubes com relação às finanças, a reportagem do dia 14 de maio trouxe à tona a relação interna dos presidentes, dirigentes e demais responsáveis pelas instituições com as jogadoras. Isso

Érika **ARAÚJO**

porque muitas das atletas que reivindicaram seus direitos, questionaram valores baixos ou o não pagamento de seus salários/ajuda custo foram dispensadas de suas funções. E essas represálias aumentaram a sensação de insegurança de jogadoras até mesmo de outros clubes, como foi possível perceber pela quantidade de fontes não identificadas na matéria por medo.

No entanto, um ponto crucial da reportagem é a condição amadora das atletas no futebol feminino brasileiro – condição esta que possibilita, por exemplo, que o trato dos clubes com relação a suas jogadoras seja negligenciado –, uma realidade presente antes da pandemia que foi agravada pela situação excepcional.

Os conteúdos do ge.globo comprovam a ideia de Vieira e Rodrigues (2021, p. 115) de que “as jogadoras, que já não possuem contrato, renda fixa, trabalho garantido para além dos campeonatos, assistência médica ou previdenciária, não são uma prioridade dos cartolas num momento de crise socioeconômica e sanitária”. Isso porque, em ambas as reportagens que evidenciam questões envolvendo atletas e clubes, há o reconhecimento de relações amadoras – até mesmo na elite do futebol nacional.

As autoras analisam o papel da própria CBF, pois, embora a ação emergencial tenha sido uma “tentativa de socorro a algumas equipes femininas do país”, não escondeu o “descaso histórico da entidade com a modalidade” (VIEIRA, RODRIGUES, 2021, p. 115). E, por fim, destacamos a potencialidade do jornalismo esportivo em um cenário de investigação e denúncias no que se refere ao cenário de mulheres historicamente marginalizadas.

Referências

ALMEIDA, C. S. O Estatuto da FIFA de igualdade de gênero no futebol: histórias e contextos do Futebol Feminino no Brasil. **FuLiA**, Belo Horizonte, v. 4, n. 1, edição especial – Dossiê Futebol e Mulheres, p. 72-87, 2019.
BARBOSA FILHO, A. **Gêneros radiofônicos**: os formatos e os programas em áudio. São Paulo. Paulinas, 2003.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 2011.

LAGE, N. **A reportagem**: teoria e técnica de entrevista e pesquisa jornalística. 7ª ed, Rio de Janeiro: Record, 2008.

MORAES, R. Análise de conteúdo. **Revista Educação**, Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MOURA, E. J. L. **As relações entre lazer, futebol e gênero**. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Unicamp, Campinas, 2003.

VIEIRA, T. M.; RODRIGUES, J. C. Fora de jogo? **Revista Espaço Acadêmico**, v. 20, p. 112-122, 1 fev. 2021.

FEDERATION INTERNATIONALE DE FOOTBALL ASSOCIATION (FIFA).

Women's football: member associations survey report 2019. [S. l.]: Fifa, [2019?] b. Disponível em:

<https://img.fifa.com/image/upload/nq3ensohyxpuxovcovj0.pdf>. Acesso em: 29 out. 2020

